

Linha do tempo

JUSTIÇA DO TRABALHO E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1923-2026



1923



Criação do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, pelo Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923, como órgão consultivo dos poderes públicos em assuntos referentes à organização do trabalho e previdência social, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

1930



Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930. A partir de 1931, o Conselho Nacional do Trabalho passou a integrar o Ministério do Trabalho.

1932



- Instituição da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, com a publicação do Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932.
- Criação das Comissões mistas de Conciliação e das Juntas de Conciliação e Julgamento, estruturas predecessoras da Justiça do Trabalho.

1937



Outorgada a quarta Constituição do Brasil. A Carta de 1937 atribuiu à Justiça do Trabalho o papel de gerir conflitos entre patrões e trabalhadores.

1939



Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939, organizou a Justiça do Trabalho em Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs), Conselhos Regionais do Trabalho (CRTs) e Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Pelo Decreto-Lei nº 1.346 do mesmo ano, o CNT recebeu a denominação Tribunal Superior do Trabalho - TST.

1941



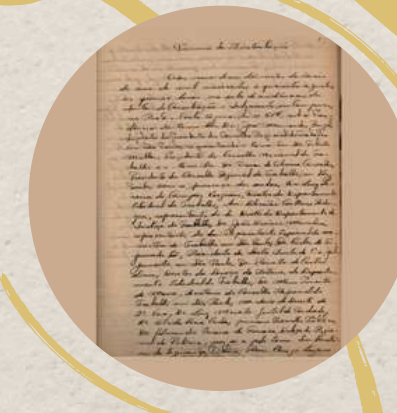
Instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, em 1º de maio.

1943



Aprovação, em 1º de maio, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, com o objetivo de regulamentar as relações laborais individuais e coletivas.

1944



Instalação das primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento em Campinas, Jundiaí e Sorocaba, pelo Decreto-Lei nº 5.926, de 26 de outubro de 1943.

1946



Promulgação de nova Constituição, após a queda do Estado Novo. Transformou a Justiça do Trabalho em órgão do Poder Judiciário Brasileiro.

1986



Instalação, em 5 de dezembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com 38 Juntas de Conciliação e Julgamento e 23 magistrados de segundo grau.

1988



- Promulgação da Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988.
- Implantação da Biblioteca Délio Maranhão.

1991



Resolução Administrativa GP nº 9/1991. Instituição da Escola de Magistratura do TRT-15 - Ematra XV.

1992



- Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992. Criação de 43 novas Juntas de Conciliação e Julgamento e definição de suas áreas de jurisdição.
- Lei nº 8.473, de 20 de outubro de 1992. Ampliação da composição do TRT-15 para 36 juízes, 24 togados e 12 classistas; implantação da Seção Especializada e criação da 5ª Turma.
- Instituição do Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

1993



I Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural,
realizado em Campinas-SP.

1994



Instalação de 30 Juntas de Conciliação e Julgamento em
diversos municípios do Estado.

1995



Implantação do Programa de Estágio e aprimoramento dos sistemas de Informática.

1996



- Comemoração dos 10 anos da instalação do TRT-15.
- Inauguração das instalações do andar térreo do edifício - sede e outorga do nome do Juiz Pedro Benjamin Vieira à sede judicial.
- Início das atividades da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Ematra XV).

1997



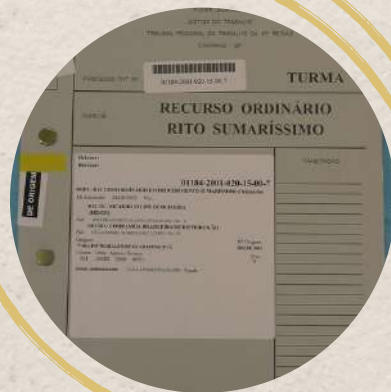
Assinado o decreto de desapropriação do Edifício Camp Tower, futura sede judicial da 15ª.

1999



- I Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, realizado em Campinas.
- Emenda Constitucional nº 24, de 9 de dezembro, extinguiu a representação classista, e as Juntas de Conciliação e Julgamento tornaram-se Varas do Trabalho - VT.

2000



- Criação do Procedimento Sumaríssimo, pela Lei nº 9.957, de 12 de janeiro, com o intuito de trazer maior celeridade ao julgamento das causas trabalhistas.

2002



- Inauguração do Novo Edifício Sede Judicial - Camp Tower, na rua Barão de Jaguará, 901. O prédio da Dr. Quirino passou a abrigar o Fórum Trabalhista de Campinas.
- TRT-15 torna-se a Primeira Corte do país a subdividir as Turmas em Câmaras.

2003



- Início do Programa de Gestão Documental no Regional.
- Inauguração do Portal na Internet.

2004



- Inauguração do Centro de Memória, Arquivo e Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em 21 de outubro, instituído pela Resolução Administrativa GP nº 6/2004.
- Emenda Constitucional 45/2004 - a Justiça Itinerante foi institucionalizada nos Tribunais Regionais do Trabalho.

2005



- Inauguração da TV XV, para transmissão, via internet, das sessões de julgamento das Câmaras da Corte.
- Emenda Constitucional 45. A Justiça do Trabalho passou a dirimir conflitos oriundos da relação de trabalho e não apenas de emprego.
- Instalação de 25 novas Varas do Trabalho.

2006



20 anos da instalação do TRT-15. O Tribunal foi homenageado com a criação de três peças filatélicas, impressas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

2007



Ajuizada na 2ª VT de Paulínia, a Ação Civil Pública, conhecida como Shell-Basf, garantiu a centenas de ex-trabalhadores e seus familiares, indenizações e tratamento médico; e a destinação de milhões de reais à construção e ampliação de hospitais e centros de pesquisa.

2008



- 1ª Câmara do Tribunal tornou-se pioneira ao realizar o primeiro julgamento à distância da Justiça do Trabalho Brasileira.
- TRT da 15ª passou a realizar a Semana de Conciliação.

2009



- Lei nº 12.001/2009. Ampliação da composição da Corte do TRT-15 para 55 Desembargadores.
- Prédio da Rua Dr. Quirino passou a reunir os setores administrativos da 15ª Região.

2010



Lei nº 12.288/2010. Instituição, no Brasil, do Estatuto da Igualdade Racial.

2011



TRABALHO SEGURO
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

- Adesão do TRT-15 ao programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Em 2012, o Programa foi institucionalizado no âmbito da Justiça do Trabalho.
- Aniversário de 25 anos da instalação do TRT da 15ª Região, com obliteração do selo alusivo ao Jubileu de Prata.

2012



PJe
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO

Implementação gradativa do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT. A Vara do Trabalho de Piedade, na 1ª instância; a 2ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Individuais, na 2ª instância, foram as primeiras unidades a utilizar a ferramenta.

2013



- Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem foi institucionalizado no âmbito da Justiça do Trabalho.
- Portaria GP nº 006/2013. Criação de Comitê Gestor Regional do Trabalho Seguro.
- Emenda Constitucional 72/2013. PEC das domésticas.

2014



- Adesão do TRT-15 ao Pacto Global da ONU.
- Primeiro Tribunal de grande porte a implantar o PJe em toda a sua jurisdição.
- Inauguração do primeiro Juizado Especial da Infância e Adolescência - JEIA, em Franca.
- Portaria GP nº 022/2014. Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.
- Portaria GP Nº 059/2014. Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas.

2015



- Implantação dos Centros Integrados de Conciliação – CIC, atuais Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JT).
- Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- TRT-15 passou a reservar 20% das vagas para candidatos negros (pretos ou pardos) em seus concursos, por meio do Ato Regulamentar GP nº 06/2015.

2016



30 anos da instalação do TRT-15. Com 153 Varas do Trabalho, 9 postos avançados e 2 varas itinerantes; sua jurisdição abrange 599 municípios e mais de 21 milhões de jurisdicionados.



2017



- Ação Civil Pública na 2ª VT de Araraquara resultou em um acordo com a Odebrecht, considerado, à época, o maior do país no enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Os valores foram destinados a projetos, iniciativas e campanhas voltadas à sociedade.
- Lei 13.467/2017. Reforma Trabalhista.
- TRT-15 alcançou 100% no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), nos 1º e 2º graus e na área administrativa.

2018



- Inauguração das novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura, no 4º andar da sede judicial do Tribunal.
- Recebimento do Prêmio "Conciliar é Legal".

2019



- Aposição do Primeiro Selo Histórico Digital em Processo PJE do TRT-15.
- Motoristas do transporte público de Itanhaém, reunidos em assembleia virtual com uso do aplicativo Whatsapp, em tempo real da audiência, aprovaram a proposta de acordo.
- Lançamento da Carteira de Trabalho Digital.

2020



- Recebimento do Prêmio CNJ de Qualidade na Categoria Diamante.
- Declaração da pandemia do vírus COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS.
- Realizada a primeira sessão de julgamentos integralmente por meio de videoconferência no TRT-15.
- Implantação do Projeto Garimpo no Regional.

2021



- 80 anos da Justiça do Trabalho Brasileira.
- TRT-15 completou 35 anos composto por 55 desembargadores, 371 juízes, mais de 3.000 servidores, 153 Varas do Trabalho, 5 postos avançados e com sua jurisdição abrangendo 599 municípios.
- Lançamento do Balcão Virtual.
- Resolução Administrativa nº 002/2021 - Política de Equidade de Gênero, Raça, Diversidade e de Tratamento em relação à Pessoa com Deficiência.

2022



- Projeto Especializa & Equaliza. Foram criadas Secretarias Conjuntas para equalizar a força de trabalho e reduzir desigualdades estruturais no âmbito da 1ª instância.
- Lançamento do Balcão Visual - ferramenta on-line para o atendimento de pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), vencedora do Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável”, em 2023.

2023



- Acordo firmado no Cejusc de 2º Grau do TRT-15 beneficiou trabalhadores da Embraer e colocou fim a uma das ações coletivas mais antigas pendentes de solução no âmbito da 15ª Região.

2024



- CMAC comemorou 20 anos como guardião da história do TRT-15 e da Justiça do Trabalho.
- Inauguração do Laboratório de Inovação do TRT-15, o Co.Labora.
- Ouvidoria da Mulher passou a integrar a Ouvidoria do TRT-15.
- TRT-15 realizou o primeiro julgamento com perspectiva de gênero em um dissídio coletivo de greve (DCG).

2025

.....



- TRT-15 garantiu o primeiro lugar em Efetividade da Execução Trabalhista e foi premiado pelo CSJT, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.
- Lei nº 15.096/2025. Ampliação da composição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de 55 para 70 desembargadores.
- TRT-15 ganhou o Selo de Linguagem Simples do CNJ.
- Lei nº 15.142/2025. Alterou de 20 para 30% o percentual de reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas das vagas oferecidas nos concursos públicos federais.
- Lei nº 15.177/2025. Impôs a porcentagem 30% de mulheres em conselhos de estatais.

2026

.....



TRT-15 completa 40 anos de sua instalação. Atualmente, conta com 70 cargos de desembargador, 371 cargos de juiz (que serão reduzidos para 346, conforme a Lei nº 15.096/2025), 153 Varas do Trabalho e cerca de 3.000 servidores.

Em segunda instância, constitui-se de 7 (sete) Turmas — subdivididas em 14 (catorze) Câmaras —, uma Seção Especializada em Dissídios Coletivos, uma Seção de Uniformização de Jurisprudência, três Seções Especializadas em Dissídios Individuais e um Órgão Especial.